

SHA - CÂMARA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, HUMANAS, LETRAS E ARTES (PÔSTER)

NOME: IZABELLA FÁTIMA OLIVEIRA DE SALES

TÍTULO: As relações de poder no contexto de constituição das Escolas Menores na freguesia de Rio Pomba - MG: "1750-1800"

AUTORES: LORENA SILVEIRA CONTE, ARNALDO JOSÉ ZANGELMI, FRABRÍCIO ROBERTO COSTA OLIVEIRA, IZABELLA FÁTIMA OLIVEIRA DE SALES

ORIENTADOR:

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PAPQ

PALAVRA CHAVE: história, educação, poder, Escolas Menores

RESUMO

As reformas pombalinas, implementadas no Império lusitano a partir de 1750, resultaram num gradativo processo de centralização do poder por parte da Coroa. Nesse sentido, uma das principais estratégias utilizadas pelo governo para afastar Portugal do arcaísmo e aproximá-lo das nações mais modernas da Europa seria através de mudanças no âmbito da educação. Essas transformações se caracterizaram principalmente pela constituição e fortalecimento de um ensino laico, postura que teve como principal consequência a expulsão dos jesuítas dos territórios coloniais e a criação das aulas régias, onde professores formados em várias áreas do conhecimento tinham a função de ensinar as primeiras letras à população às custas do Estado.

Entretanto, levando em consideração que na perspectiva do processo histórico a permanência de elementos de antigas estruturas sociais é algo recorrente, partimos do pressuposto de que a implementação das novas regras estabelecidas pelo governo pombalino no âmbito da educação foi um processo complexo, marcado pela resistência, adaptação aos contextos locais e pela negociação. Tal argumento se justifica pela estrutura orgânica até então apresentada pelo Estado português, onde o poder tinha um caráter centrífugo, ou seja, era diluído entre as várias instituições que compunham seu aparato administrativo.

Diante do exposto nos dois últimos parágrafos, nossa problemática envolve o processo de escolarização na freguesia de Rio Pomba, região que pertencia ao termo de Mariana durante a segunda metade do século XVIII e que atualmente corresponde aos territórios localizados ao sul e no centro da Zona da Mata.

O surgimento da dita freguesia está relacionado à ampliação da jurisdição da Câmara de Mariana, a partir de 1750, que passou a incluir arraiais localizados nos "sertões do leste", territórios tradicionalmente ocupados por grupos indígenas "especialmente das famílias Puris, Carapós e Coroados", que em muitos momentos constituíram um obstáculo no processo de conquista e povoamento da região. Além disso, essas paragens constituíam "áreas proibidas" devido à estratégia da Coroa de evitar ali o estabelecimento de caminhos não oficiais, através dos quais o ouro poderia ser contrabandeado. Somando-se ainda o ambiente de considerável violência oriundo da ação de bandidos e salteadores que perambulavam pelos caminhos desses sertões.

Os sertões do Rio Pomba foram desmembrados da freguesia de Guarapiranga no ano de 1771, e receberam o nome de "Mártir São Manuel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatos". Essa ocupação apresentou uma importante especificidade, pois, ocorreu em um vasto território praticamente desprovido de gente civilizada³.

Diante desse contexto, verificamos se as práticas educativas na região traziam indícios da contradição que marcava as reformas pombalinas no âmbito da educação, ou seja, a definição de novos paradigmas baseados na secularização, mas, que ao mesmo tempo dependiam das ações eclesiais para tornarem-se efetivos. Ademais - levando em consideração que as primeiras investidas vieram justamente de membros da igreja, em especial o Padre Manuel de Jesus Maria- partimos do pressuposto de que essas ações visavam não só aumentar a influência da religião católica, garantindo assim a manutenção da ordem social, mas também possibilitar a ampliação do poder e da riqueza desses eclesiais, que angariavam significativos lucros com a exploração das riquezas locais e a distribuição de terras nos mesmos sertões.

Buscamos então compreender a constituição das práticas educativas na freguesia de Rio Pomba a partir das relações estabelecidas entre os diversos grupos sociais que ali habitavam, assim como os laços de reciprocidade que os mesmos constituíam com o centro de poder, ou seja, a metrópole. Sendo assim, tentamos constatar os espaços de autonomia disponíveis às autoridades locais, aos eclesiais e aos profissionais que atuavam nas escolas no sentido de adaptar as regras estabelecidas pela Coroa de acordo com os contextos locais, enfatizando a atuação no ensino como uma forma de prestar serviços à Coroa, que posteriormente poderiam ser recompensados na forma de privilégios, como a obtenção de títulos de nobreza, por exemplo.